

A Infanta Rebelde

Sem fortuna, que vida rica a sua; sem palácios, como ofereceu casa aos pobres; sem pajens, verdade é que não lhe faltaram admiradores.



POR PE. PEDRO QUINTELA

Não queria avançar sem deixar de saudar, de modo especial, todos os filhos da Senhora Infanta numa singular homenagem - e justiça - para com a sua mãe, para com a impressionante vida de sua mãe. Foi, aliás, um deles, o Senhor D. Francisco, que me convidou a tomar a palavra o que muito lhe agradeço.

Ele mesmo me explicou que este convite que me fazia se justificava por três razões: em primeiro lugar porque sou Quintela, em segundo porque sou padre e em terceiro pela sensibilidade social manifestada nos meus afazeres.

I

Permito-me, então, sublinhar esses três pontos.

Na distinção feita para com a minha família reconheço a estima para com os meus maiores (e penso sobretudo no meu avô), que em nome das suas convicções patrióticas e monárquicas, grandes e perenes, sempre procuraram traduzir tal entendimento da vida servindo concretamente a Causa Real, por exemplo, na dedicação para com a família da Senhora D. Adelaide.

Em segundo lugar, porque sou padre, sinto-me certamente bem habilitado para entender aquilo que sempre mobilizou a Senhora Infanta, ou seja, a sua fé. Acresce que desde há já quase duas décadas a Senhora Infanta, sempre que a saúde lhe permite (quase sempre, portanto), vem celebrar com o Vale de Acór, com a gente de quem sou pastor, pelo menos a Missa do Galo e algumas das celebrações do Tríduo Pascal. E se nos visita com gosto não deixa, no entanto, de me apontar, ano após ano, na Vigília Pascal, a minha cedência no rigor da liturgia, já que, no seu entender, não dou início à celebração da noite santa na devida forma. Ou seja, não sigo o ritual que a Senhora D. Adelaide conheceu na Áustria, ainda antes da reforma do Papa Pio XII, a saber, aquele em que se acendia o lume novo de nenhum outro modo senão através da fricção de pedra contra pedra, conseguindo assim, da reacção do sílex, o fogo. Enfim, verdade é que não obstante as admoestações repetidas da Senhora Infanta ainda não foi este ano que cometi tal proeza cósmica...

Por último, também foi justificado o convite à minha pessoa pelo facto de exercer o meu ministério numa obra social, junto de pessoas marginais, drogados e presos. Gente, portanto, que certamente a Senhora Infanta não teria deixado de acompanhar, assim tivessem sido essas as circunstâncias do sofrimento, e do apelo ao serviço, no tempo da sua militância e realizações.

II

Queria ainda dizer uma palavra de particular saudação à escritora Raquel Ochoa pelo livro agora publicado. Os meus parabéns e agradecimento por este documento que de há muito nos faltava. Parece ser um mau hábito português, este, de deixarmos esvair-se, na travessia dos dias, as memórias dos protagonistas, daquelas pessoas que se apresentaram no seu tempo a afirmar o seu querer, de quem se distinguiu pelo seu modo de ser, dizer e fazer. Mas desta vez não será assim. Com efeito, é-nos oferecido, por uma autora que se tem notado pela sua literatura de viagens, uma viagem tão larga quanto o tempo e a vastidão das experiências na vida da Senhora Infanta o permitem. E rápido se percebe que o faz com transparente simpatia para com a sua biografada, sem que jamais, no entanto, decaia no elogio pré-formatado. Por outro lado, o expediente literário de interromper a história que conta com o discurso directo da própria Senhora D. Adelaide resulta numa agilização da narrativa, que não é nunca monótona, seja pelo mérito das aventuras da Senhora Infanta, seja pelo mérito de quem as conta.

Quem conheça um pouco a Senhora Infanta vê-a passar neste livro. E quem não a conhecia tem neste livro uma porta franca para o seu mundo.

III

Mas retomo o modo como, um pouco mais acima, adjectivei a vida da Senhora Infanta. Referi-a como impressionante.



Infanta Real,
D. Maria Adelaide de Bragança

TAMBÉM A VIDA DA SENHORA D. ADELAIDE, DE RENÚNCIA E ENTREGA PELOS OUTROS, POR TODOS, TROUXE A SUA VIDA PARA PERTO DESSES PRÍNCIPES QUE DERAM A VIDA PELOS SEUS POVOS

Sob a palavra impressionante pode-se esconder muita da vaidade dos homens. Não raro, os comportamentos que visam impressionar são apenas afloramentos do orgulho. A Sagrada Escritura refere tantas vezes que Deus não vê como os homens, ou seja, que Deus não estima as coisas como os homens as calculam. Porque Deus não se impressiona com aquelas coisas com que os homens se tentam impressionar uns aos outros. Aliás, as ostentações dos homens, o mais das vezes, impressionam mal a Deus. Como diz a Escritura “Deus resiste aos soberbos e dá a sua graça aos humildes.” (1Pe 5.5).

Posto isto, é óbvio que alguma coisa impressiona o facto de a Senhora D. Adelaide ser apenas neta do Rei D. Miguel, cujo reinado decorreu entre 1828-1834! Portanto, pertence à mesma geração que os Reis D. Pedro V e D. Luís; é tia do

Senhor D. Carlos e tia-avó do último Rei de Portugal, o Senhor D. Manuel. Assim o quis a Providência num desses desenhos imprevisíveis e surpreendentes que, no entanto, não são raros na história.

Impressiona, também, a sua biografia, polvilhada de aventuras, travessias difíceis por entre as desventuras do século XX, que dariam um bom enredo para um bom filme.

Impressionam, ainda, os seus 99 anos. Capricho da natureza, capricho do destino, poder-se-á pensar. Desígnio de Deus, acredito eu. De Deus que nos continua a dar um sinal grande nesta grande vida. Como apelo a

viver na Sua presença, como vive a Senhora Infanta, rezando, procurando a comunhão com Ele, oferecendo o sinal dessa comunhão de vida a quem a visita. Congregando, portanto, desejando sempre congregar, no amor a Jesus todos os seus, e todos os que a procuram. Por conseguinte o que me impressiona, sempre mais, é a constância da sua fé ou, melhor ainda, o enraizamento sempre mais essencial da sua vida na sua fé. Sim, grande a nobreza do seu sentido de serviço, grande o testemunho do acolhimento e do perdão manifestado na sua carne, grande a renúncia e a entrega por amor, grande o sentido de que a sua vida é uma vida para a vida dos outros.

IV

Aproveito para fazer um desvio em direcção um pouco para montante. Se olharmos para as biografias dos reis que protagonizaram as suas responsabilidades na época em que nasceu a Senhora Infanta, ficaremos siderados pela violência que se abateu sobre as suas vidas. Gente o mais das vezes pacata e contida, primeiros zeladores dos direitos e garantias nos seus reinos, homens da legalidade, do direito, eis que sobre eles se abateram as maiores crueldades dos seus contemporâneos. E tudo isto resulta mais extraordinário quando se compara os seus percursos de vida com o “sucesso” de quem lhes sucedeu, não raro ditadores que terminaram os seus dias como se estivessem nos melhores dos dias, sem mais. E lembro, por exemplo, Jorge I da Grécia assassinado em 1913, o Czar Nicolau II eliminado com toda

a sua família em 1918 (recentemente o Patriarcado de Moscovo canonizou-o, apelidando-o de S. Nicolau Portador da Paz). Lembro, ainda, Alexandre I da Jugoslávia, assassinado em 1934, a que se pode juntar, também, o martírio lento do Imperador Carlos de Habsburgo ou, de algum modo, também, Afonso XIII de Espanha, que escapou logo no dia do seu casamento a um terrível atentado, sem que, no entanto, não tenha deixado de ver o seu país ser devastado por uma guerra civil. Verdade é que penso, sobretudo, no regicídio do Rei D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe. Quanto se perdeu de Portugal no sangue derramado dos seus príncipes?

De algum modo, parece poder dizer-se que um derradeiro grande serviço pediu a Divina Providência às casas Reais nesses dias em que eram destruídas, a saber, essa expiação cumprida pelos seus príncipes em favor dos seus povos respectivos que, quais filhos pródigos da parábola, diziam querer de seu pai a herança e a fortuna, mas doravante nenhuma comunhão com ele. Aliás, a coisa tornou-se por demais evidente agora, aquando da tentativa de fazer uma constituição europeia mentindo sobre aquilo que, *quer queiram, quer não queiram* (como disse Manuel de Oliveira ao Papa em Lisboa), constitui a sua matriz cultural.

Sem querer forçar demasiado as comparações, penso, ainda assim, que de igual modo se percebe que também a vida da Senhora D. Adelaide, de renúncia e entrega pelos outros, por todos, trouxe a sua vida para perto desses príncipes que deram a vida pelos seus povos. Obviamente, salvaguardadas as devidas e radicais distâncias, e dando graças a Deus pelas crueldades a que a Divina Providência poupou a Senhora D. Adelaide. Certo é que o sentido da sua vida foi esse: estar presente para cumprir a missão que lhe fora assinalada pelo seu nascimento, sem desertar, jamais.

V

Pela minha parte, queria ainda sublinhar o seguinte: Maria Adelaide Bragança nasceu Infanta de Portugal. O que é isso? Poderá perguntar quem olha para essas distinções não reconhecendo nelas qualquer legitimidade, só tolerando, portanto, as distinções que nascem do mérito. E, todavia, recusar que a Providência se serve da natureza para distinguir, ou se se preferir, nobilitar, é um preconceito ideológico que obstrui o encontro com o real (e penso aqui nos dois sentidos que o termo tem em português). Porque nascer infanta não é redutível a nada, por via de um cartão de identificação comum ao príncipe e ao cidadão. Porque se o número de identidade não distingue o príncipe do plebeu, verdade é que as pessoas são mais do que números. A Providência, ou para quem não o conseguir dizer, a natureza, ou a sociologia, distingue aquele que nasceu em Bruxelas do que nasceu em Bagdade, o que nasceu com talento para ser músico do craque de futebol, bem como da multidão inúmera dos que não têm talentos excepcionais. Enfim, não aceitar senão a distinção pelo mérito da acção é obstinar-se a não considerar a acção de distinção, antes dos méritos, que as circunstâncias das pessoas trazem consigo. Porque não há nenhuma oposição maior à ideologia da igualdade do que circunstâncias das pessoas, circunstâncias, na verdade, tão desiguais. Poder-se-á falar de igualdade de oportunidades, mas a isso não se opuseram séculos de monarquias de mérito, como em Inglaterra, por exemplo. Com efeito, foi

sempre uma arte dos reis, essa de saber distinguir os que se distinguiam. Nobilitando-os, portanto.

VI

Por conseguinte, quer-se dos príncipes que o sejam. Que protagonizem aquilo a que, no seu nascimento, a Providência os chamou. Portanto, quer-se dos príncipes religião, isto é, consciência de que o que os distingue vem de Deus. Nos dias que correm, os príncipes que se esqueceram de Deus parecem ter um protagonismo frágil, inseguro, volátil e frívolo.

Quer-se dos príncipes militância, que sejam primeiros entre os primeiros, na militância do que é grande, justo, belo, fraternal. Portanto, não invadidos pelo acomodamento ao espírito dos dias, aburguesados e pagãos. Como o vimos, por exemplo, no testemunho transparente do Rei Balduino.

Quer-se dos príncipes a cortesia. Essa delicadeza da corte, tornada costume, perante a tendência dos dias em que os costumes dos bárbaros ainda não cristianizados ou, o que é pior, dos cristãos de novo paganzados, assalta a corte e torna-se o hábito.

Quer-se dos príncipes o respeito das leis e da memória donde eles mesmos provêm. Porque ser príncipe por nascimento, e burguês nos negócios e nos ócios, e nos horizontes sem causas, é decadência.

VII

Bendigo a Deus Nosso Senhor pelo modo como a Senhora Infanta sempre viveu por dentro e por perto desta nobreza. Pelo modo como percebeu e agradeceu a principal das distinções da sua vida, a saber, ter nascido e sido chamada a ser, antes de mais, filha de Deus. Agradeço pelo modo como foi militante. Militante vem de militar. Quer dizer, então, que a Senhora Infanta se apresentou para combater. Para combater o bom combate, como diria S. Paulo.

E como foi valente, toda a sua vida. Combateu o nazismo, encontrou-se e deu-se bem com comunistas, admirou Salazar e opôs-se às práticas policiais do regime. Esteve de acordo com o que percebeu ser o sentido patriótico da guerra de África. Não tinha paciência para a vida de sociedade em Lisboa, e sempre preferiu preocupar-se com a Lurdes, a Laura do Zé da Carvalha e a Eneida de Murfacém. Teve sempre um despojamento imenso, longe de qualquer vida de luxo e não manifestando nostalgia de a ter e, no entanto, foi sempre

E COMO FOI VALENTE, TODA A SUA VIDA. COMBATEU O NAZISMO, ENCONTROU-SE E DEU-SE BEM COM COMUNISTAS, ADMIROU SALAZAR E OPÔS-SE ÀS PRÁTICAS POLICIAIS DO REGIME. ESTEVE DE ACORDO COM O QUE PERCEBEU SER O SENTIDO PATRIÓTICO DA GUERRA DE ÁFRICA

a Senhora Infanta. Assim se percebia a si mesma, assim a tratavam, porque esse era o facto: o Senhor assim a fizera nascer. Capaz de raridades de comportamento, muito seus, onde encontrar a unidade desta personagem tão paradoxal senão na sua fé católica?

VIII

Por exemplo, é obvio que não poder aceitar o nazismo na década de 20 e nos anos que se seguiram provinha de ter sido formada no ambiente do catolicismo alemão do início do século passado, que cedo se apercebeu do que havia nesse culto da força de paganismo.

“O meu pai via com inalterável clareza que a vitória de Hitler não seria uma vitória da Alemanha, mas do anticristo, iniciando-se deste modo o tempo apocalíptico para todos os crentes e não só” (Ratzinger, A Minha Vida, pág. 27, ed Livros Brasil) afirmou de si mesmo o actual Papa. Praticamente a mesma convicção encontramos na biografia da Senhora D. Adelaide, onde ela mesma relata como a memória do povo cristão perscrutava o paganismo incluído no nazismo: “um dia – ainda antes do começo da Segunda Grande Guerra - falei com uma camponesa que nem a quarta classe frequentara e, espantada, me transmitiu o seguinte: ‘como pode essa gente com estudos acreditar numa coisa que diz ser a criatura maior do que o Criador?... Eu fiquei a pensar nisso enquanto me dirigia para casa (...): não temos nós na Bíblia uma condenação muito clara do orgulho?’” (Raquel Ochoa, A Infanta Rebelde, pág 151-2, ed Oficina do Livro)

Neste sentido, reduzir o drama do nazismo a um conflito direita/esquerda ou aos estereótipos de conservadores/progressistas é falsificar os dados face a esse movimento, em todo o caso originário do socialismo (certamente, de uma tendência radical dentro do socialismo) e dos extremismos revolucionários anti-cristãos. Do mesmo modo, reduzir a perseguição aos judeus a um problema étnico de rivalidade arianos/semitas é útil a um tempo que se recusa pensar o significado político da fé no Deus Único (como o é para judeus e cristãos) e, sobretudo, no que significa para a comunidade humana a fé no Deus da comunhão trinitária (como o entendem os cristãos), incontornável antídoto para todas as tentações totalitárias (e para os que se apressam a fixar-se na intolerância religiosa, lembro que no século XX, e no que aos cristãos diz respeito, a multidão dos seus crentes foi quase sempre encontrada na mesma pose de combate, a saber, esmagada sobre a cruz dos totalitarismos e perante a indiferença dos novos poderes democráticos, a começar pela historiografia escolar e a comunicação social – dos Cristeros do México, nos anos 20, aos missionários no Tibete, na véspera das invasões chinesas, passando pelo êxodo dos *gulaqs* soviéticos).

Lembro-me de ter lido num livro-entrevista ao cardeal Lustigier (*Le Choix de Dieu*), convertido do judaísmo à fé católica, e também num ensaio de Georges Steiner (“No Castelo do Barba Azul”) que se mantém fiel à sua origem judaica, aquela única interpretação do nazismo que me convence, já que considera o seu paganismo intrínseco: ou seja, a sua luta por conseguir um mundo onde

IX

o Outro, Deus, considerado como absoluto, deveria ser abtido, porque o único absoluto se tinha agora tornado uma certa versão da “vontade de poder”, afirmada por gente que queimava a bíblia e reinventava numa nova mitologia recuperada nas antigas crenças germânicas.

Por ultimo, queria ainda dizer que o compromisso social da Senhora Infanta não decorre de um sensibilidade paralela e decalcada do comunismo que na sua juventude singrava por essa Europa fora, ou de uma febril psicologia activista. Nesse sentido, recorde que o primeiro governo que dispôs de Ministério para a Assistência Social não surgiu em Moscovo, ou, antes ainda, em França, no clima da sua revolução, ou no pós Segunda Guerra Mundial, no advento do Estado Social. Foi, isso sim, o Imperador Carlos de Habsburgo que o implementou. O Beato Carlos de Habsburgo, portanto, casado com uma prima direita da Senhora Infanta, a imperatriz Zita, nascida princesa de Parma, por conseguinte, neta do Rei D. Miguel. Ele que já acima referi, de algum modo mártir da Primeira Grande Guerra, depois da qual foi mandado exilado para a nossa Madeira, onde foi estimado pela gente que o recebeu e que o viu morrer como se fora um santo que, de facto, era, e que em 2004 foi beatificado por João Paulo II.

Quero com isto dizer que aqueles que cresceram formados e alinhados como discípulos da Doutrina Social da Igreja que, entretanto, se ia afirmando, como era o caso do Imperador Carlos e da Senhora Infanta, sempre tiveram muito vivo o sentido do compromisso social. E permito-me afirmar, sumariamente, que o maior volume de responsabilidade perante os pobres que a Senhora Infanta viveu tem que ver, fundamentalmente, com uma maior riqueza do seu encontro com Cristo, com esse Cristo Rei com o qual as gerações católicas formadas nos tempos de Pio XI aprenderam a tirar consequências não só pessoais e intimas mas também politicas e sociais para a sua militância de fé. E, neste mesmo sentido, lembro o titulo de um livro um pouco posterior do padre Lubac, que fez época, intitulado *Catolicismo – Aspectos Sociais do Dogma* e que nos diz da compreensão que os filhos da Igreja têm da sua presença na cidade, ou seja, que do dogma sai uma determinada feição de sociabilidade.

Foi João Paulo II que ensinou que, para um cristão, o modo adequado de reinar é servir. Com efeito, os cristãos são chamados a servir. Mas mais servem se melhor se servirem, quer dizer, se mais e melhor se aproximarem da mesa chamada altar, onde Deus os serve da Sua intimidade e da Sua força. Por isso, os que melhor servem, de entre os cristãos, são os santos, essa gente muito grata porque Deus lhes serviu poderem servir assim.

E termino, então, agradecendo ao Deus de toda a consolação o que em sua vida a Senhora Infanta serviu. Sem fortuna, que vida rica a sua; sem palácios, como ofereceu casa aos pobres; sem pajens, verdade é que não lhe faltaram admiradores. Que a Rainha de Portugal, que a Nobre Padroeira de Vila Viçosa, sempre a guarde no seu Imaculado Coração. ::



RAQUEL OCHOA
A Infanta Rebelde
Oficina do Livro, 2011